



a educação sexual



360 minutos de aulas sobre sexo para crianças com 6 anos

Entra em força, nas escolas, para o ano que vem, a Educação Sexual. Não é uma disciplina ou cadeira. É um conteúdo, diz o Governo, "transversal". E logo no primeiro ano da escola, enquanto se aprendem números e letras, as crianças terão, pelo menos, 360 minutos de aulas dedicados ao sexo. O programa acabado de sair em Diário da República estabelece não só o horário, mas o programa. Assim, e logo que entram na escola, as crianças portuguesas vão passar a aprender "as diferenças entre rapazes e raparigas". Mas não prevê a portaria que haja perguntas dos alunos, porque só para o programa do segundo ano aparece essa referência. E diz assim a totalidade do programa da segunda classe: "Para além das rubricas incluídas nos programas de meio físico, o professor deve esclarecer os alunos sobre questões e dúvidas que surjam naturalmente, respondendo de forma simples e clara".

Se a lei contempla o diálogo no segundo ano de escola, o terceiro já inclui uma hipótese. Diz a portaria: "o professor poderá desenvolver temas que levem os alunos a compreender a necessidade de proteger o próprio corpo, de se defender de eventuais aproximações abusivas, aconselhando que, caso se deparem com dúvidas ou problemas de identidade de género, se sintam no direito de pedir ajuda às pessoas em quem confiam na família ou na escola". Mas a portaria é clara: diz apenas "poderá desenvolver", mas não obriga a escola a ensinar a defesa do corpo e da intimidade. É uma hipótese apenas.

A lei prossegue, e admite que aos 14 anos os alunos estejam já confrontados com os temas do do aborto, da SIDA, da "compreensão do uso e acessibilidade dos métodos contraceptivos e, sumariamente, dos seus mecanismos de acção e tolerância".

A Portaria n.º 196-A/2010, onde está tudo regulado, demora-se apenas três páginas com o assunto. A Educação Sexual em Portugal está assim resumida.

Manuel Damas, psicólogo e especialista na área da educação sexual, confessa que a lei sobre a matéria afira um problema para cima das escolas, e valoriza, acima de tudo, o afecto - algo que não aparece no texto legal. Diz o especialista: "Ninguém sabe o que fazer, como fazer e até onde ir. Sabem que estão obrigadas a implementar iniciativas neste domínio, com a duração de seis a 12 horas anuais consoante a faixa etária e nada mais". Para Manuel Damas, o afecto devia estar, sempre, adiante dos conhecimentos puros e simplesmente técnicos. Afirma o psicólogo: "Há enormes ganhos em agir, até por uma questão de cidadania e de justiça para com as nossas crianças, adolescentes e jovens que, neste sector, crescem ainda na senda da iliteracia. E a ausência de conhecimentos, na área dos afectos, é de uma enorme responsabilidade para as gerações do devir".

Mas o novo programa ainda não desfaz dúvidas sobre onde se encaixam os afectos na educação sexual. Pelo contrário, refere apenas uma vez a palavra afecto nas suas linhas, e para a colocar ao nível de outros sujeitos. A saber: "Compreensão da sexualidade como uma das componentes mais sensíveis da pessoa, no contexto de um projecto vida que integre valores (por exemplo: afectos, ternura, escutamento e maturidade emocional, capacidade de lidar com frustrações, compromissos, abstinência voluntária) e uma dimensão ética". Aparece isto como um dos oito temas a tratar na Educação Sexual, do 7.º ao 9.º anos. Fazendo as contas, a escola prepara-se para falar, durante 18 anos de ensino obrigatório, uma hora e meia sobre o afecto, no âmbito

da Educação Sexual.

Entretanto, os professores começaram a ter formação para a área que vão, obrigatoriamente, leccionar. Os formadores são, na maioria, técnicos de saúde. De fora na educação sexual estão os professores de Moral.

Reacção

A Plataforma Resistência Nacional tem sido o único movimento organizado a bater-se por mais esclarecimentos sobre o projecto educativo. Diz a plataforma, em carta ao Ministério da Educação: "A educação sexual dos nossos filhos é da nossa competência e é algo que fazemos, como pais, desde o seu nascimento, de um modo natural, integrado, progressivo, completo e respeitando as exigências das suas necessidades concretas, do seu crescimento e da sua dignidade pessoal". Eduardo Sá, psicólogo clínico especializado em psicoterapia infantil também levanta dúvidas - técnicas e não políticas. Diz Eduardo Sá: "Acho fundamental que se discuta a sexualidade nas escolas. No entanto, vivo com preocupação quando às vezes se tem a ideia de que falar de sexualidade é falar do aparelho reprodutor e dos meios contraceptivos". Antes de os começar a formatar, Eduardo Sá alerta para as condições naturais dos jovens: "Os adolescentes deviam ter direito à insubordinação para que, finalmente nas escolas - um lugar que acho indispensável para este tipo de conversa -, se possa falar do que é fundamental às relações humanas".

A indefinição do calendário e do currículo da educação sexual nas escolas levou D. Duarte de Bragança a afirmar, preocupado, há duas semanas: "Tornar obrigatório o ensino da educação sexual resume-se a dizer: forniquem à vontade, divirtam-se, façam o que quiserem mas com higiene". ■